

Diga Lá Excelência Entrevista com o historiador Rui Ramos

Rei D. Carlos morreu porque estava a reformar o país

É impossível avaliar a figura de D. Carlos sem entender o que foi a monarquia constitucional, defende o historiador e cronista Rui Ramos



José Manuel Fernandes e Paulo Magalhães (Rádio Renascença)

O destino do penúltimo rei de Portugal, D. Carlos, ficou traçado quando tentou que João Franco fosse a alavanca das mudanças políticas e económicas que todos defendiam e ninguém concretizava. Isolado entre os velhos políticos monárquicos e odiado pelos republicanos, morreria assassinado a 1 de Fevereiro de 1907. Seguiu numa carruagem aberta e com pouca protecção apesar de, três dias antes, a 28 de Janeiro, ter abortado em Lisboa uma tentativa de golpe de Estado.

Viagem a esses dias guiados por Rui Ramos, um biógrafo de D. Carlos e do seu último primeiro-ministro, João Franco. Licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Oxford, Rui Ramos é investigador principal do Instituto de Ciências Sociais e colunista do PÚBLICO.

PÚBLICO/RR – O regicídio foi fruto de vontade popular? Os portugueses estavam fartos de D. Carlos?

RUI RAMOS – O regicídio deve ser visto no contexto da época, sobretudo após o falhanço da tentativa de golpe de Estado que estava preparada para 28 de Janeiro, três dias antes. É esse falhanço que leva um dos grupos armados a realizar o atentado contra a família real quando esta regressava de Vila Viçosa. Não conhecemos ainda todos os pormenores da conspiração, mas sabemos que aquele grupo tinha participado nas reuniões dos que, desde meados do ano anterior, preparavam um golpe de Estado. Sabemos que nessas reuniões se falou umas vezes de um atentado contra o rei, outras contra o chefe do Governo, João Franco.

Esse grupo acabaria por ser descoberto pela polícia, o que permitiu que, quando avançaram a 28 de Janeiro, a maioria dos seus membros fosse presa. Não sabemos porém se o grupo que actuou no Terreiro do Paço recebera ordens dos líderes da conspiração, ou se actuou por conta própria.

O país estava cansado da monarquia ou foi um gesto de uma pequena facção revolucionária?

Não é correcto dizer que o país estivesse cansado do rei. Este era muito discutido pelos políticos porque estávamos num regime político em que as eleições não eram vistas como um instrumento de provocar a mudança dos governos. A alternância dependia muito do rei, que, ao escolher um Governo, dava uma oportunidade a um outro partido de subir ao poder. Na época já havia eleições, já existia um sistema representativo, mas o eleitorado não era visto pela classe política como sendo capaz de tomar uma decisão consciente.

Era por isso o rei que interpretava o sentimento geral e fazia rodar o pessoal político. Não podemos dizer por isso que o rei fosse impopular, antes que era muito discutido pelos políticos e nos meios políticos. O que se passava em 1908 era que o rei optara nomear para o Governo João Franco, chefe de um pequeno partido que se esperava viesse a ganhar as eleições, e isso tinha irritado imenso toda a classe política.

D. Carlos era o rei inteligente e reformista que, na sua biografia, sugere ter sido o melhor dos monarcas da IV Dinastia, ou era o estouvado que entregou o poder a um ditador, João Franco?

D. Carlos era um monarca constitucional muito consciente da necessidade de defender a Constituição liberal vinda dos tempos de D. Pedro, até porque sabe que é rei pela Carta Constitucional. Ser um rei constitucional nessa época

significava reinar com partidos e serem estes a governar. O que D. Carlos fizera desde que chegara ao trono fora tentar encontrar líderes políticos capazes de mobilizarem a classe política para evitar que, ao recorrer demasiado aos seus poderes constitucionais, ele próprio se expusesse.

Começou por tentar ressuscitar os grandes partidos da monarquia, o Regenerador e o Progressista, mas em 1906, 1907, chegara à conclusão de que as velhas lideranças partidárias estavam gastas e desacreditadas, mas não concluía que o regime estava apodrecido. Procurou assim criar elementos para uma nova rotação de partidos.

Mas porque é que escolhe João Franco?

João Franco não é um político desconhecido. Já tinha sido ministro, era deputado desde 1885, vinha do partido Regenerador, era alguém que o rei, que era muito cauteloso, já conhecia. O que é que ele tem que os outros políticos não tinham? Tem a determinação, é um político corajoso, ao contrário dos velhos líderes, que temiam e recuavam perante os problemas e se socorriam do rei para os resolver. Como a reforma das finanças públicas, da Casa Real ou do sistema eleitoral, passando para círculos uninominais, temas antes muitos debatidos e que geravam consenso.

Era um ditador? Governou em “ditadura”...

O termo ditadura na tradição constitucional no século XIX tem um significado completamente diferente da do século XX. Queria dizer apenas que o Governo podia governar por decreto-lei enquanto o Parlamento estava fechado. Houve vários momentos de governo de “ditadura” na monarquia constitucional.

Implicava uma redução das liberdades e garantias?

Não. A ditadura, na tradição romana, referia-se apenas à acumulação no executivo do poder legislativo. Não implicava com as liberdades formais.



Como é que essa imagem de um rei constitucional, preocupado com a sua missão, se compagina com a imagem mais conhecida de um rei folião, que gostava de caçar, de pintar, de vestir bem, de realizar explorações marítimas?

Essas características de D. Carlos têm sido distorcidas e ampliadas para difamar o rei. Mesmo que quisesse, ele não se podia distrair dos negócios públicos. Os políticos gostavam de ter o

rei do seu lado porque o seu poder dependia do rei. Há até áreas, como a Defesa e os Negócios Estrangeiros, que acompanha muito de perto. Agora ele cumpria com os seus deveres, mas ao mesmo tempo não deixava de passear, de ter uma vida ao livre. Gostava de levar uma vida cosmopolita e de vestir de forma elegante.

Isso entrava em choque com os dois modelos de homem público dominantes em Portugal, a do homem piedoso e clerical, a do homem cívico e republicano, ambas muito assentes num certo tipo de austeridade, de sacrifício. Saber que o rei se vestia de acordo com a última moda era muito mal visto pela burguesia, que não achava que isso fosse próprio.

Os portugueses gostam de governantes austeros?

De certa forma, durante o século XX, uma das manhas dos governantes, umas vezes sinceramente, outras hipocritamente, passa por esta imagem de austeridade, de um modelo quase sacerdotal. Salazar era o monge no poder. E julgo que isto em parte sucede porque o poder em Portugal pode muito, razão porque os portugueses ainda apreciam os que se sentam na cadeira do poder dizendo que o fazem a contragosto, com sacrifício, sem tirar vantagem nenhuma daquilo.

A redescoberta da monarquia constitucional

I República e Estado Novo cortaram com passado liberal

A redescoberta do liberalismo português do século XIX e do reinado de D. Carlos, de que o historiador Rui Ramos tem sido um dos protagonistas, é hoje mais fácil pois já não existe o ódio antimonárquico da I República, nem a aversão aos princípios liberais do Estado Novo.

Porque é que a figura de D. Carlos tem sido tão mal conhecida e até desmerecida? Foi preciso o centenário do regicídio para o redescobrirmos?

A I República e o Estado Novo cortaram Portugal do seu passado, do passado liberal. Os republicanos desprezavam esse período porque entendiam que não correspondera a um verdadeiro constitucionalismo; para a direita, os salazaristas, a herança liberal nunca foi bem vista. Atacou-se a monarquia

constitucional, não se procurou sequer estudá-la. Mas a verdade é que o Estado moderno em Portugal nasceu com ela, a começar pelos principais códigos legais. A redescoberta do D. Carlos, a meu ver, tem também muito a ver com este regime em que vivemos ter mais a ver com o do constitucionalismo monárquico do que com qualquer dos outros dois regimes que o precederam. Porquê? Porque a nossa democracia conseguiu ser um regime para todos, o que a distingue claramente do Estado Novo, mas a distingue da chamada I República, que foi antes do mais a dominação do Estado pelo Partido Republicano (eles diziam “Portugal é para todos, mas o Estado é para os republicanos”...).

Em contrapartida, os valores associados à cidadania, ao Estado de direito, ao sistema representativo, eram valores da monarquia constitucional. De resto, muitos dos seus políticos viam-na como uma República com um rei.

A I República era menos democrática do que a monarquia constitucional?

Se verificarmos que na I República tivemos um partido que quis ter o monopólio do poder e que para isso foi ao ponto de diminuir o número de portugueses que podiam votar, acho que não pode haver muitas dúvidas. O modelo dos políticos do tempo de D. Carlos era o da democracia inglesa, o que desejam é socializar uma população muito atrasada e analfabeta, querem criar uma comunidade cívica, mas acreditam que a melhor forma de o fazer é através de um regime que assegure a continuidade com a tradição histórica portuguesa, nomeadamente através de um rei que signifique a unidade do Estado. Falava-se em republicanizar o país através da monarquia para evitar violências.

Já a I República correspondeu à conquista do Estado por um só partido, que se distinguia dos outros não pelos seus ideais – até os ideais seculares eram os dos outros –, mas pelos seus métodos revolucionários, o facto de não respeitarem a legalidade. É um partido que tinha apoio minoritário e por isso não confia na população, excluindo aqueles que julgam não os apoiarem do processo político. É assim que muitos analfabetos que tinham direito de voto na Monarquia deixam de o ter na República. E que esta não dá esse direito às mulheres, que diz serem reaccionárias. Afonso Costa dizia que não queria fazer a República com carneiros...

O fim da monarquia foi um mal para a democratização do país?

Foi, se pensarmos que democratização e a secularização se podiam ter obtido de forma muito mais tranquila. Mas isso implicava que ela tivesse conseguido resolver os grandes problemas políticos que tinha, domínio em que falhou.

As vantagens do sufrágio universal

Temos um regime para todos

Rui Ramos não acredita que exista ainda uma questão monárquica, mesmo comparando os poderes actuais dos nossos Presidentes da República aos dos reis na monarquia constitucional.

A questão monárquica é uma questão encerrada em Portugal?

Não é uma questão política nem angustia os portugueses. Há algumas pessoas que vêm nela uma tradição histórica que gostariam de ver regressar, há outras que se exaltam muito quando se fala nisso, mas não é um problema. O que nós temos é um regime para todos, uma democracia para todos – republicanos, monárquicos e indiferentes –, que tem ainda a grande vantagem de assegurar um equilíbrio de poderes que



Só alguém com a legitimidade do sufrágio universal pode tomar algumas decisões que o nosso Presidente toma

difícilmente poderia ser concebido numa monarquia. O Presidente da República tem competências importantes, como a de dissolver a Assembleia, competências que fazem lembrar as dos monarcas constitucionais, mas que muito dificilmente as poderíamos atribuir hoje a um rei.

Só alguém com a legitimidade do sufrágio universal pode tomar algumas das decisões que o nosso Presidente toma sem que isso deixe de ser aceite como natural pelos que são contrariados.

Há três anos, neste mesmo programa, disse que Portugal tinha muita dificuldade em fazer reformas, que por regra só era capaz de fazer revoluções. Depois destes anos de José Sócrates mudou de opinião?

Eu disse que era difícil, não que era impossível. O problema é conseguir encontrar o ponto de apoio para as fazer, pois todas as reformas incomodam interesses e prejudicam sempre pessoas. O importante é ter o apoio suficiente para conseguir enfrentar a oposição que de imediato qualquer reforma suscita. No tempo da monarquia constitucional as oposições cavalgavam logo esses descontentamentos e viravam-nos contra o rei, sendo que os governos dependiam da legitimidade e do apoio do rei. Com a ditadura viu-se como



Marcelo Caetano também não as fez. E na nossa democracia actual temos visto as dificuldades que mesmo governos de maioria têm em fazê-las.

Mesmo este?

Sim, porque ganhou as eleições sem ter explicado aos eleitores o que teria de fazer no governo. Fez promessas que não cumpriu, e isso tirou-lhe uma base de apoio sólida. Já Sarkozy fê-lo em França e isso não o impediu de ganhar as eleições, e isso tem-lhe dado muita força política. O Governo utilizou depois alguns argumentos, que não eram falsos, para fazer passar medidas que não tinham sido votadas pelos portugueses. É isso que falta em Portugal: um governo que tenha sido eleito com um mandato explícito, feito um contrato com os portugueses.